

## Uma Questão Prévia: Existem *Teorias da Comunicação*?

L.C. Martino

“No creo en las brujas, pero que las ay, las ay”  
(ditado popular)

Acreditamos na existência de *teorias da comunicação*. Isto não é uma pergunta. Mas de onde vem esta crença? Ela tem por base uma série de convicções enraizadas em diversos planos da realidade e que dão prova de um grande poder de resistência. Consolidada há pelo menos quatro décadas, ela não se abala nem mesmo diante de embaraços epistemológicos realmente desafiadores, como, por exemplo, definir em que consiste uma teoria da comunicação: Afinal, o que exatamente faz com que uma teoria seja identificada como tal? E mais que isto, em que condições uma teoria pode ser considerada própria ao saber comunicacional?

Perguntas como estas são difíceis de serem respondidas e podem representar verdadeiros obstáculos a toda e qualquer tentativa de se falar de teorias em nosso domínio de estudo, contudo, por mais que sejam efêmeras as evidências ou por mais duras que sejam as objeções, temos certeza de que podemos falar em teorias da comunicação. Pouco importa os argumentos contrários, até porque não hesitamos em lançar mão de exemplos para ilustrar o que temos em mente. Temos confiança que, dessa forma, conseguimos contornar o problema.

Por conseguinte, as dificuldades epistemológicas que envolvem a definição de *teoria* ou do *conceito de comunicação*, nem mesmo a impossibilidade avançada por muitos de nossos teóricos da comunicação constituir uma *disciplina*, não chegam a perturbar nossa crença. As teorias da comunicação existem a despeito de todo e qualquer obstáculo colocado à sua definição. Cremos em sua existência e isto parece nos bastar.

Mas nem sempre foi assim, tal crença é mais recente do que parece. Um estudioso dos anos 40 certamente se sentiria mais à vontade para falar em *pesquisas* em comunicação, ao invés de *teorias*, ao passo que nos anos 20 para trás, muito se estranharia o emprego de quaisquer destas expressões<sup>1</sup>. Então por que, ou melhor, *como*, passamos a nos sentir familiarizados com a idéia de teorias da comunicação?

---

<sup>1</sup> Veja-se, por exemplo, o caso dos célebres 12 volumes resultantes dos estudos encomendados pela fundação Payne, publicados em 1933, pioneiros no estudo dos efeitos de meios. Realizadas por psicólogos, sociólogos e pedagogos, estas pesquisas convergem para um objeto empírico, os processos comunicacionais, particularmente os de mediação tecnológica desencadeados pelo rádio, meio que despontava na época. Nessa medida eles até podem ser consideradas “pesquisas em comunicação”, mas no tocante ao aparato teórico mobilizado, não há dúvidas de que as teorias guardam sua referência de origem, ou seja, são teorias tomadas

O estabelecimento de cursos universitários, a proliferação de instituições, a formação de sindicatos profissionais e associações científicas, o aparecimento de revistas especializadas, a constituição de uma produção intelectual dedicada à matéria... certamente ajudaram a criar e povoar um certo nicho do conhecimento humano, nos acostumando com esta idéia. Ressaltemos, o aparecimento dos cursos de pós-graduação (no Brasil somente na década de 70), como os vetores de maior peso neste processo, já que neles aparece não somente uma demanda, mas a produção de teorias. É particularmente nestes cursos – e não nos de graduação, excessivamente voltados para as habilitações profissionais em detrimento do elemento teórico – que a teoria virá para o primeiro plano e assumirá, mais do que qualquer outra instância do plano institucional, um papel central.

Contudo a própria possibilidade de podermos citar alguns exemplos só se tornou viável graças à literatura que se formou em torno da matéria. Quero dizer que são os livros de teorias da comunicação que nos permitem ter prontamente ao alcance e nos tornam capazes de citar um certo número de elementos com os quais podemos ilustrar a existência dessas teorias.

Isto poderia parecer ser um tanto óbvio, mas não é. Tais livros não estavam disponíveis antes do final da década de 60. Antes desse período dificilmente podíamos falar em teorias da comunicação, não porque não houvesse produção, ao contrário. Algumas das mais reconhecidas teorias de nossa área, como a Teoria Hipodérmica, o Esquema de Lasswell, o modelo dos Dois Estágios da Comunicação, a Teoria Crítica (Escola de Frankfurt), a Escola de Chicago, que sem dúvida constituem elaborações importantes, são anteriores ao período assinalado e freqüentemente têm sido apontadas como clássicas em nossa área de estudo. Estas teorias, no entanto, curiosamente nunca reivindicaram para si o título de teorias da comunicação<sup>2</sup>. Ao contrário, cada uma delas permanece ligada a seu campo disciplinar de origem. Somos nós, do campo da comunicação, que as enxergamos como *teorias da comunicação* (a teoria Hipodérmica nem sequer chegou a ser formulada e proposta como uma teoria, é uma análise retrospectiva e atribuída a um tipo de análise classificada como não-científica, cf. Mauro Wolf, *Los Efectos Sociales de los Media*. Paidós. Barcelona, 1994, pp.33-42). Outro aspecto importante a ser destacado é que só muito lentamente começaram a ser comparadas e confrontadas umas com as outras. Isto ocorre a partir da década de 40, se intensificando na década seguinte, para finalmente, na década de 60, se estruturar e se consolidar como um setor de produção e publicação. É a partir daí que as teorias começam a ser agrupadas e tratadas como um campo de estudo.

Em outros termos, é a *sistematização* das teorias – e não simplesmente sua produção – que dá visibilidade e forma a idéia de *teorias da comunicação*. Aquelas teorias que prontamente nos vêm ao espírito, aquelas que podemos citar com mais facilidade, foram adquiridas através dessa literatura. Não somente porque é através desses livros que entramos em contato com elas, mas porque é a partir desse tipo de obra que se dá – malgrado toda a fragilidade do processo – o *reconhecimento* de algumas teorias como *teorias da comunicação*. Esta foi, em última instância, a contribuição dessa nova literatura

---

de empréstimo das disciplinas citadas e não *teorias da comunicação*. Daí a facilidade de se aceitar conjugar o termo comunicação em relação às pesquisas, mas não em relação às teorias.

<sup>2</sup> Não seria de se estranhar que as consultas, por exemplo, às escolas de Frankfurt e de Chicago devam ser feitas em enciclopédias e dicionários especializados, respectivamente, em filosofia e em sociologia? Não há nada de mais se elas sejam apresentadas em tradições diferentes daquela da comunicação? Enfim, não significa nada o fato delas serem amplamente reconhecidas e que se reconheçam a si mesmas como escolas de outras áreas?

emergente, responsável não pela produção de teorias, mas por sua sistematização e reconhecimento como “teorias da comunicação”<sup>3</sup>. Nossa crença se encontra totalmente associada a esta literatura.

Vejam rapidamente alguns de seus principais traços. Uma característica comum a estes livros é colocarem o problema da constituição da área de conhecimento em bases pouco razoáveis: disciplina-encruzilhada (SCHRAMM<sup>4</sup>), interdisciplina (BOUGNOUX<sup>5</sup>), transdisciplina (MARTIN-SERRANO<sup>6</sup>), a comunicação “tem um campo e não um objeto” (VALBUENA DE LA FUENTE<sup>7</sup>), ou mesmo afirmar que o problema epistemológico já teria sido superado (RODRIGO ALSINA<sup>8</sup>). A posição mais freqüente, entretanto, é a de simplesmente ignorá-lo.

Em relação aos conteúdos dessas obras, eles podem variar bastante, indo da simples coletânea de artigos até levantamentos de teorias, recrutadas nas mais diversas disciplinas e etiquetadas com o rótulo “teorias da comunicação”. Mas um traço dos mais curiosos é que, sem realmente discutirem o problema da autonomia da comunicação como uma área de conhecimento, *elas introduzem a idéia de teorias da comunicação, e sub-repticiamente acabam nos induzindo a crer em sua existência*, mesmo se isto, não raramente, se encontra em franca contradição com as idéias expressas no conteúdo desses livros.

Por exemplo, Miguel de Moragas recusa enfaticamente a idéia da Comunicação como uma disciplina autônoma, ainda que algumas de suas principais obras – como *Teorías de la Comunicación: investigaciones sobre medios en América y Europa*<sup>9</sup> – muito contribuíram para o estabelecimento da crença na existência de “teorias da comunicação”. A negação expressa no plano do conteúdo não impede a implementação da idéia contrária: se existem livros de teorias da comunicação é porque deve existir alguma área de saber correlata, sugere a lógica banal, malgrado tudo o que se diga em contrário.

Então, se estes livros introduziram um corpus de teorias e nos ajudaram a nos familiarizar com a idéia da existência de teorias da comunicação, tal processo se deu de forma caótica, reforçado pela crença de uma área interdisciplinar, de modo que a literatura específica apresenta um espectro de teorias dificilmente conciliáveis. Ela está longe de poder apontar um núcleo de teorias que poderia caracterizar o saber comunicacional.

Para que o leitor tenha uma idéia da dimensão do problema, apresentaremos rapidamente alguns dos resultados parciais de uma pesquisa que temos desenvolvido sobre

---

<sup>3</sup> Daí a distinção que temos introduzido entre autores/obras, com *teóricos*, produtores de teorias, e “*teorográficos*”, neologismo para designar autores/obras que não são produtores de teorias, mas que apresentam, organizam, sistematizam as teorias de um domínio de estudo. São normalmente representados pelos manuais, introduções, estado-da-arte, discussões sobre o campo, sobre a área.

<sup>4</sup> SCHRAMM, W. (1963). Communication research in the United States. In W. Schramm (Ed.), *The Science of Human Communication* (pp. 1-16). New York: Basic Books.

<sup>5</sup> BOUGNOUX, Daniel – *La Communication contre l'Information*. Ed. Hachette Livre (Collection "Questions de Sociétés"). Paris, 1995.

<sup>6</sup> MARTIN SERRANO, Manuel; PIÑUEL RAIGADA, Jose Luis; SANZ, Jesus Gracias; ARIAS FERNANDES, Maria Antonia – *Teoría de la comunicación: I. Epistemología y análisis de la referencia*. Vol. VIII de Cuadernos de la Comunicación. Facultad de C. C. de la Información de la Universidad Complutense de Madrid. Editor, A. Corazón. Madrid, 1982, 2ª edición revisada y ampliada.

<sup>7</sup> VALBUENA DE LA FUENTE, Felicísimo. – *Teoría General de la Información*. Noesis, Madrid, 1997, p. 1 e ss.

<sup>8</sup> RODRIGO ALSINA, Miquel – *Los modelos de la Comunicación*. Editorial Tecnos. Madrid, 1989.

<sup>9</sup> Gustavo Gili, Barcelona, 1981.

o estado-da-arte das teorias da comunicação, na qual se faz o levantamento e se compara os conteúdos dos livros de teorias da comunicação<sup>10</sup>.

Nela podemos constatar que as obras analisadas apresentam conjuntos de teorias muito díspares:

- nenhuma teoria é comum a todas as obras.
- Quase 2/3 das teorias apresentadas não têm correspondência entre os pares (aparecem apenas em 1 obra). Ou seja, são teorias apontadas como pertencentes ao campo da comunicação e que não encontram correspondência em nenhuma outra obra, não sendo confirmadas como teorias da área.
- Se os dados recolhidos pudessem ser tomados como votos em uma eleição, a maioria das obras analisadas teria elegido entre 2,7% a 14% do universo teórico levantado, segundo a variação mais ou menos rigorosa dos padrões de análise. De qualquer modo, bastante pequena em relação ao total.
- Em geral, não é apresentada nenhuma definição de “teoria”.
- Há pouco cuidado ou ausência de definição do conceito de “comunicação”.
- Nenhum livro analisado apresentou sequer um critério explícito para justificar a seleção das teorias apresentadas (o que demonstra de forma inequívoca a pouca exigência em matéria de critérios de pertinência das teorias em relação à área da comunicação).

Em última instância, o que estes dados nos mostram é que não temos uma idéia muito precisa do que é teoria da comunicação. Mesmo o expediente de propor uma lista, citando algumas delas, como falávamos no início deste artigo, não chega realmente a ser válido, pois, como vemos, cada especialista na matéria aponta conjuntos de teorias muito diferenciados e pode nos levar a resultados tão díspares e conflituosos quanto as tentativas de definição formal.

O que deveríamos entender, então, pela expressão teorias da comunicação?

Antes de tudo devemos notar que tal questão nos tenha chegado sem ter passado pelo problema da constituição do saber comunicacional, única maneira viável de equacionar o problema. Ela nos chega a partir da impossibilidade de decifrar um extraordinário *quebra-cabeças* de teorias, formado por estas obras<sup>11</sup>. E este é um dos principais reflexos dessa literatura sobre o problema epistemológico, que num sentido totalmente invertido da problemática, supõe que a solução deva ser buscada do lado de uma improvável “teoria geral”, conciliadora, verdadeiro lugar geométrico ou centro gravitacional desse emaranhado teórico, como se a chave da questão da fundamentação de uma área de conhecimento fosse qualquer tipo de consenso.

---

<sup>10</sup> Foram comparadas nove obras de teorias da comunicação, retiradas dos currículos de cursos de comunicação em língua espanhola. A íntegra dos resultados foi apresentado no IV Congreso Iberoamericano de Investigadores de la Comunicación, no trabalho “Quais são as teorias da comunicação?: o universo de língua espanhola”. Relatório de pesquisa “Epistemologia da Comunicação: módulo 2, o universo de língua espanhola”. Promovido pela INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação e realizado na Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad de Málaga, Málaga, Espanha, 24 a 26 de abril de 2006. A ser publicado ainda em 2007 pela Universidade de Málaga.

<sup>11</sup> Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional”, in *Galaxia*, n°5, *Revista do Programa de Estudos em Comunicação e Semiótica da PUC de São Paulo*, de abril de 2003 (ISSN 1519-311X), pp. 53-67.

Ora, o apelo ao consenso, ao “razoável”, deve ser suficientemente razoável para compreender as condições que equacionam o problema – em nosso caso, a origem e a natureza do que hoje se apresenta como teoria da comunicação: *como chegamos às teorias que hoje são reconhecidas como teorias da comunicação e o que realmente podemos chamar teorias da comunicação?* Estas questões necessariamente deveriam preceder toda tentativa de arranjo consensual ou abrangente. Sem um exame dos elementos em jogo qualquer formulação de síntese corre o risco de simplesmente repetir, ou mesmo agravar, os verdadeiros problemas.

Infelizmente, boa parte do raro trabalho epistemológico de nossa área, equivocadamente adota um ponto de vista pouco crítico. Partindo do *paradigma do quebra-cabeça*, estes trabalhos acabam optando pela impossibilidade do estabelecimento de uma disciplina, ou saber autônomo, deixando as portas abertas para uma vaga e inconsistente concepção interdisciplinar, que acima de tudo tem funcionado como uma justificativa para a dispersão e os equívocos e de um conjunto teórico indefinível.

Em segundo lugar, é notório que a determinação das teorias da comunicação resta um empreendimento marcado por fatores que não se restringem ao plano do conhecimento, sofrendo variações de acordo com o universo lingüístico, as diferenças regionais, as formações institucionais, as peculiaridades históricas, as injunções políticas... No entanto a dispersão não é infinita, pois a produção teórica acaba se consolidando em certos territórios, mais exatamente, em sub-áreas da comunicação, em parte demarcadas pelas atividades profissionais (jornalismo, publicidade...), em parte demarcadas pela interface com outras disciplinas (lingüística, sociologia, psicologia, ciências políticas...) ou por grandes temas de interesse social (saúde, organizações...), como também por elementos propriamente teóricos, como a escala do fenômeno (massa, grupo, individual...). Todos estes fatores estão refletidos nos livros de teorias da comunicação, que muitas vezes reagem a esta dispersão na base de uma negociação, com concessões e tentativas de sínteses. Mas no afã de uma visão abrangente, misturam planos de análises muito distintos.

A preocupação de escapar desse tipo de inconveniente levou muitos pesquisadores a procurarem outras alternativas que aquela do aprofundamento teórico, de modo a evitar os problemas relativos à discussão epistemológica, seja porque, o problema teórico lhes parece um fator menor; seja porque uma formulação teórico-epistemológica lhes parece totalmente improvável ou de uma complexidade não passível de tratamento.

Por exemplo, aqueles que, recentemente, têm recorrido à sociologia da ciência vêm aí uma oportunidade para reduzir o problema da teoria da comunicação a seu aspecto unicamente extra-conhecimento. Optando por uma abordagem propriamente sociológica, deslocam a questão do conhecimento pela do poder e não vêm nada mais que a luta fratricida pela conquista do reconhecimento, do status e do poder. Na verdade, esta tem sido uma das maneiras mais fáceis para dar continuidade à confusão e consolidar o estado de fato atual, de baixo investimento epistemológico. A sociologia da ciência não pode e não deve substituir o plano epistemológico, não é essa a contribuição que pode dar a nosso problema. Não deve ser usada como um recurso para se tentar contornar as questões epistemológicas.

A diversidade de enfoques e planos de análise pode perfeitamente ser explicada dentro do âmbito epistemológico. E algumas respostas estão expostas nas linhas acima, nos resultados da pesquisa citada, que mostra a falta de rigor com que são tratadas e formadas nossas idéias a respeito das teorias da comunicação. Neste sentido, antes de reduzir a questão do conhecimento ao do poder; e de outra parte, antes de nos jogarmos no enalço

de arriscadas rupturas e promessas dificilmente sustentáveis; antes de aderirmos a uma improvável e complicada explicação interdisciplinar, que supõe uma “crise da ciência” e que toma para si a titânica tarefa de reconstruir o conhecimento, não seria o caso de, mais modestamente, rever de maneira crítica as bases nas quais o problema da fundamentação do saber comunicacional tem sido colocado? A recusa do desenvolvimento da epistemologia da comunicação somente pode redundar na falta de fundamentação da área de conhecimento. E é justamente essa fundamentação que uma sociologia da ciência jamais poderá nos dar. Negligenciar a questão epistemológica, ou pior, conscientemente procurar substituí-la por outra coisa qualquer, só pode nos levar a manutenção do estado confuso, onde não pode aparecer o significado de *teorias da comunicação*.

Na verdade, o estado-da-arte do saber comunicacional, na forma que hoje se apresenta, com a vasta dispersão de teorias e os inúmeros planos de análise que o caracteriza, é apenas uma outra face de nosso problema, pois a crença na existência de teorias da comunicação vai de par com a *naturalização do objeto de estudo*. Assim como aceitamos de modo pouco refletido a primeira, também projetamos no mundo uma série muito diferente de fenômenos, os quais reunimos sob uma etiqueta bastante frouxa que é a da comunicação.

Colamos nestes fenômenos um rótulo, mas não nos colocamos a pergunta sobre sua significação, o que realmente está sendo designado. Achamos até natural que coisas totalmente diferentes possam receber o mesmo nome, e não faltam aqueles que celebram este estado confuso como “a riqueza” de nosso domínio de estudo.

Sem querer me alongar muito, podemos dizer que há alguns preceitos básicos e bastante fecundos, empregados na epistemologia das ciências humanas, que podem dar uma direção e lançar luz sobre este problema. Primeiro, em relação ao fenômeno, é preciso ter em conta que não se trata de um objeto empírico, mas construído através de uma elaboração teórica. Isto significa dizer que tal objeto somente pode aparecer a partir do arcabouço teórico ou da tradição de pensamento dentro de uma disciplina. O fenômeno comunicacional que nos interessa não é, portanto, todo e qualquer ato relacional, mas aquele que se encontra referido a uma certa disciplina.

Em segundo lugar, uma teoria somente pode ser considerada teoria da comunicação se respeitar o preceito da *centralidade do fenômeno comunicacional*. Isto significa dizer que a realidade humana deve ser explicada (entendida, descrita) tomando-se a comunicação como fator privilegiado. Assim, se o economista explica através da centralidade dos fenômenos econômicos (mercado); se o sociólogo o faz através dos fenômenos sociais (evolução, estrutura, organização social...)... o comunicólogo deve explicar a realidade humana a partir dos fenômenos comunicacionais. Tenhamos em conta que se trata da hipótese fundamental, uma tomada de posição que caracteriza a disciplina enquanto tal, já que é sob esta perspectiva que serão lidos e interpretados os fenômenos humanos. Daí seu nome *comunicacional*, pois toma a comunicação não necessariamente como causa, mas como fator central para a compreensão desses fenômenos. É este engajamento – perspectivado, hipotético – que caracteriza uma teoria como pertinente a uma disciplina.

Notemos que, tanto o fenômeno, quanto a própria pertinência da teoria como *teoria da comunicação*, somente podem aparecer e receber o devido tratamento se referidos a uma área de conhecimento, porém, alheia a toda preocupação epistemológica, nossa crença na existência de teorias da comunicação aparece totalmente desconectada da idéia de fundamentação de uma área de conhecimento.

Ora, não é nenhuma coincidência que nossos livros de teorias também tenham dado pouca atenção aos problemas epistemológicos. A ausência de discussão dos critérios de seleção das teorias selecionadas nestes livros e apresentadas como teorias da comunicação, como apontado acima, traduz perfeitamente a negligência com o problema da pertinência dessas teorias em relação à área de conhecimento.

Por outro lado, o problema é mais complicado, porque isto não impediu o desenvolvimento das teorias da comunicação, como seria de se esperar. Não obstante a disparidade de seus conteúdos e a debilidade epistemológica com a qual foram gerados – em particular, a incipiente definição do conceito de *comunicação* e a ausência de critérios de pertinência em relação à área –, os livros de teoria construíram a idéia de que devemos entender seus elementos constituintes como fazendo parte de um domínio de estudos. Por mais confuso que seja o corpus de teorias aí proposto, foram tais livros que ajudaram, ainda que de modo paradoxal, a construir a idéia de uma área de conhecimento e a inculcar em nós a idéia de teorias da comunicação.

Digo paradoxal porque nunca se preocuparam em fazer a distinção, entretanto, essencial, entre teorias *sobre* comunicação e teorias *da* comunicação, ou seja, teorias que se ocupam de fenômenos comunicacionais no sentido amplo e teorias propriamente comunicacionais, que se caracterizam por um certo tipo de aproximação ou de recorte da realidade. As primeiras, é fácil constatar, são provenientes das mais diferentes disciplinas (sociologia, psicologia, ciências políticas...), enquanto que a segunda expressão designa as teorias que constituem uma disciplina, um saber autônomo.

Detenhamo-nos sobre este ponto, pois aí reside uma ambigüidade que pode ajudar a entender a contradição entre nossa crença nas teorias da comunicação e sua ruptura com o problema epistemológico. As fontes primárias dos anos 40, e mesmo das duas décadas seguintes, como Lazarsfeld ou Horkheimer, independentemente do valor que atribuamos a seus trabalhos, não fazem referência à comunicação como uma área específica de conhecimento. Isso dificultava sua identificação como tal. O que havia eram pesquisas sobre processos comunicacionais, provenientes de diversas disciplinas (sociologia, psicologia e ciências políticas, particularmente), cuja convergência fazia aparecer a vaga noção de um campo de estudos.

No entanto, no momento em que essas pesquisas passam a ser reunidas e agrupadas sob uma mesma etiqueta, elas começam a ser trabalhadas na forma de um conjunto. Mas o passo fundamental ainda estava por ser dado, pois tal convergência interdisciplinar não pode absolutamente se equivaler a uma disciplina (e nisto reside a razão dos cétricos). Um apanhado de teorias oriundas de diferentes domínios de saber não pode significar a mesma coisa que uma disciplina específica, justamente porque não pode atingir o estado onde o *todo* passa a funcionar como um *sistema*, e não como uma simples somatória de dados isolados. É somente aí neste último, onde aparecem as relações de contradição e complementação, de modo que as teorias passam a ser sistematicamente reunidas, confrontadas e harmonizadas. Desenha-se, dessa forma, um quadro que funciona como um guia para novas investigações e que deve ser rigorosamente preenchido com o conhecimento gerado pelos resultados das pesquisas e pelas confrontações entre elas, bem como pelas lacunas que, de outra forma, não seriam identificadas. Uma disciplina pressupõe a ação dos conhecimentos uns sobre os outros, a introdução de uma nova teoria altera as demais e gera novas condições de pesquisa.

O importante é que duas idéias diferentes começaram a conviver, representadas aqui, respectivamente pelos textos de Robert Craig e C. Berger: a idéia de um simples

campo de convergência teórica (interdisciplinar) e a de uma disciplina, no sentido preciso do termo, ou seja, uma área de produção de conhecimento original e pertinente. Portanto, duas idéias a respeito de teorias da comunicação se formaram, e começam a viver juntas, na maior parte do tempo se sobrepondo uma à outra, não obstante as diferenças que as separam.

Por outro lado, não nos damos conta, hoje em dia, dos importantes deslocamentos que vão da discussão sobre a Imprensa no início do século XIX ao estudo dos meios de comunicação em meados do século XX. Nós projetamos para o passado coisas que somente hoje nos parecem óbvias, ou que nem mesmo estavam lá, naquele momento. Saímos do *discurso* sobre a Imprensa para entrar na *teoria* sobre os meios, ou seja, saímos de um debate público envolvendo intelectuais e discussões políticas para entrarmos no espaço propriamente acadêmico, no qual se coloca a questão de geração de conhecimento. E não é a oposição entre uma esfera mais política para uma menos política que está em questão, mas sim termos em conta o valor completamente diferente que o termo *teoria* inevitavelmente assume em cada uma dessas esferas. Se para a primeira ela aparece de forma esporádica, da qual ocasionalmente se lança mão como instrumento na batalha das causas políticas, para a esfera científica, em contrapartida, a teoria é um fator incontornável, cuja produção está a seu encargo e que assume aí um lugar central em toda sua dinâmica e estruturação.

*Teoria e questões intelectuais* estão, portanto, longe de serem a mesma coisa, elas têm por referência problematizações de ordens diferentes. Estas últimas são colocadas à coletividade, dentro de uma esfera pública – ou melhor, se dão dentro, através e como *atualidade mediática*, como preferimos dizer –, pois envolvem setores muito diversos da sociedade e implicam necessariamente o uso de meios de comunicação. As *questões intelectuais* não constituem obra de especialistas que se servem de conhecimentos específicos, de tipo científico. Seu objetivo não é a produção de conhecimento, mas sim a atuação prática para problemas urgentes e legítimos, colocados à sociedade como um todo e que, por sua própria natureza, não podem ser resolvidos estritamente nos moldes de uma discussão teórica, reservada a uma área de conhecimento. Questões recorrentes como a do aborto ou da eutanásia, por exemplo, não podem ser resolvidas mobilizando apenas saberes médicos ou jurídicos. Elas invocam um plano muito mais complexo, que vai muito além da teoria e escapam ao tratamento científico, pois exigem decisões imediatas, cuja execução passa, entre outras coisas, pela compreensão do que é a vida e como a sociedade entende a relação e o direito do indivíduo dispor de seu próprio corpo. As questões que designamos aqui como intelectuais não são nem mais, nem menos importantes que as questões teóricas, elas simplesmente têm outro escopo, respondem a outras necessidades e conseqüentemente recebem uma forma de tratamento que não coincide com a da teoria científica.

Pois bem, no momento em que a *discussão da Imprensa* se transforma em *investigação em comunicação*, quando o foco não é mais as providências a serem tomadas em relação à emergência de um *quarto poder*, quando a forma de discussão não é mais a do *debate ideológico*, mas a da *investigação de tipo científico*, somente então a noção de *teoria* ganha a acepção que naturalmente encontramos no ambiente acadêmico, bem como o lugar central que a caracteriza. É dessa maneira que faz sentido e se torna pertinente falar em *teoria da comunicação*. E não podemos perder de vista que isto é muito recente, tendo a década de quarenta como uma primeira referência (período de convergência teórica de várias disciplinas sobre os fenômenos comunicacionais) e o final dos anos 60 como marco seguro, onde aparecem os livros de teorias da comunicação (o primeiro deles, de nosso



conhecimento, é o de Melvin DeFleur em 1966<sup>12</sup>, pelo menos no sentido em que alcança uma divulgação que lhe permite este reconhecimento).

Eis aí uma série de importantes deslocamentos que o olhar leigo, ou menos sensível aos problemas postos a uma epistemologia da Comunicação, passaria despercebido, projetando esta noção muito recente, de *teorias da comunicação*, indiscriminadamente para qualquer discurso sobre qualquer fenômeno comunicativo. O que equivaleria a acreditar que nosso objeto – e portanto nossa disciplina – remontaria ao instante mesmo no qual o homem se dá conta de que fala ou que pode estabelecer contato com seus semelhantes.

Tal miopia histórica está ligada ao fato de acreditarmos que sempre comunicamos, que o homem é intrinsecamente um ser comunicacional. Não que esta seja uma visão equivocada, longe disso, mas certamente não pode dar conta das modalidades e das muitas variações que esta faculdade fundamental se manifesta.

A área de conhecimento que tem sido chamada de *Comunicação, Comunicação Social, Ciência da Comunicação, Ciência da Informação e da Comunicação, Publicística, Ciência da Imprensa, Media Studies...* entre outros termos, representa apenas uma dessas possibilidades e tem se caracterizado por uma tradição de pensamento em torno da atividade dos meios tecnológicos de comunicação e da análise da cultura de massa. Ela não responde, portanto, à totalidade do conhecimento em torno dos fenômenos comunicativos. Na realidade isto é coberto por série de disciplinas, como a Lingüística, a Psicologia, a Sociologia, a Semiótica, a Pragmática, a Retórica, a Literatura e Artes, a Filosofia... e tem sido um dos equívocos mais constantes que tem impedido o avanço de uma discussão epistemológica do objeto e do próprio campo comunicacional.

Em outras palavras, o que estou tentando dizer é que as teorias não são independentes de uma área de conhecimento, ou seja, elas se constituem enquanto tal na medida mesmo em que a área se forma. É fácil perceber que não tem muito sentido falarmos em teoria sociológica sem a sociologia, ou teoria psicanalítica sem psicanálise, mas não vemos contradição alguma quando falamos em *teorias da comunicação* sem referência a uma disciplina. Precisamos estar atentos e não confundir “teoria *sobre* comunicação” com “teoria *da* comunicação”.

Discutir a crença em teorias da comunicação não deve ser encarado como o problema ocioso de questionar a possibilidade de que diversas disciplinas possam se interessar, problematizar e tratar (cada uma a seu modo) os processos comunicacionais. Isto não somente é um fato, mas encontra sua justificativa na essência mesma da divisão disciplinar da ciência, como pensamento não-dogmático e perspectivado da realidade<sup>13</sup>. O verdadeiro problema que se coloca é a da crença sobre a existência de um corpus teórico de um saber propriamente comunicacional. O que está em jogo é a autonomia dessa área de estudos questionada em sua capacidade de gerar conhecimentos. Leia-se conhecimentos próprios, gerados a partir de teorias *da* comunicação.

É colocada dessa forma que podemos apreciar toda a ambigüidade que comporta esta crença. Aderimos prontamente à idéia da existência de teorias da comunicação, ao mesmo tempo em que estamos muito pouco inclinados a defender a idéia de uma

---

<sup>12</sup> DEFLEUR, Melvin Lawrence – *Theories of mass communication*. New York: D. McKay, c1966, 171 p.

<sup>13</sup> Nenhuma disciplina é “dona” de um certo quinhão da realidade, em ciências humanas todas se voltam para a realidade humana como um todo; cada uma delas, elege um diferente elemento como central, o que permite diferentes apreciações dos fenômenos humanos.

“disciplina ou ciência da comunicação”. Grande parte dos estudiosos da área estaria pouco confortável, e até mesmo pouco preparada, para enfrentar o problema da cientificidade ou da autonomia do saber comunicacional.

Estas assimetrias são os índices mais evidente da ambigüidade que cerca nossa questão prévia sobre a existência de teorias da comunicação. A produção de livros de teorias *sobre* comunicação, que se inicia nos anos 60, gerou em nós a certeza de que existem teorias *da* comunicação, sem que fosse dada a devida atenção aos importantes deslocamentos de sentido e às nuances de significado representadas pelas duas expressões. São duas concepções bastante diferentes da natureza do saber comunicacional. Isto nos permite, então, entender a resistência às dificuldades epistemológicas, já que, para a primeira perspectiva, não está colocado o problema de um saber autônomo, razão pela qual perdem efeito todas as argumentações baseadas na contradição entre a existência de teorias e a debilidade ou mesmo impossibilidade de uma disciplina correspondente. A afirmação “existem as teorias, mas não existe a disciplina” – que resume o estado-da-arte nesta matéria – deixaria de ser um contra-senso, se não falássemos de disciplina, como, no entanto, sugere a partícula *da*, empregada na expressão *teorias da comunicação*.

Ao contrário do que se pensa, é a esta convivência ambígua e irrefletida entre duas idéias completamente diferentes sobre nossa área de conhecimento – e não uma suposta “debilidade epistemológica”, pois a primeira, estando naturalizada, determina a segunda –, que tem sido um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento da especificidade de um saber comunicacional autônomo.

Dessa forma, nosso problema se desdobra em uma segunda ambigüidade, pois a crença na existência de “teorias da comunicação” se constitui como obstáculo epistemológico ao desenvolvimento da disciplina ao mesmo tempo que a introduz e naturaliza seu objeto.

Isso significa dizer que a crença em questão desempenha um duplo papel, pois concomitante ao fato de cumprir uma função institucional importante, preenchendo os espaços de atividade intelectual (cursos, congressos, revistas...) com conteúdos reconhecidos como uma produção da área, por outro lado, dada sua naturalização, ela nos afasta cada vez mais da possibilidade de problematizar, refletir e, portanto, investir no trabalho de fundamentação da área de conhecimento enquanto tal. Daí a situação extremamente *sui generis* da Comunicação como um campo bem desenvolvido no plano institucional (instituições de ensino, habilitações profissionais, periódicos especializados, associações científicas), sem nada dever às disciplinas mais desenvolvidas, salvo uma única coisa: as teorias... Situação desconcertante já que normalmente uma disciplina primeiro se constitui enquanto conhecimento, libera seu objeto, mostra a pertinência de seu estudo teórico, constitui um corpus de conhecimentos, enfim, lança suas bases teórico-epistemológicas, para somente depois conhecer um desenvolvimento institucional. De forma mais precisa, a fundamentação teórica é o lastro, ou a hipoteca que permite o desenvolvimento institucional.

Em todo caso, na contramão do bom senso, a Comunicação abriu seu caminho no mundo do conhecimento com um notável déficit teórico, ou segundo outros, com uma exuberante abundância de teorias, não passível de sistematização, o que representa apenas outra maneira de introduzir o contra-senso.

Exposta a estas contradições a crença deixa de ser óbvia, natural, porto seguro do impensável, para simplesmente se apresentar como impensada. Primeiro passo para sua superação, pois, mais do que crença, uma teoria requer fundamentação.

\* \* \*

É neste contexto que o presente livro pretende ser uma contribuição para se avançar na discussão destes problemas, não com respostas definitivas, mas ao menos com elementos importantes para fazer com o problema apareça e seja reconhecido como tal.

Para além do valor das respostas individuais, cuja apreciação última cabe somente ao leitor, é a possibilidade mesma de tratar este assunto, de trazer tal discussão, que se torna o objetivo primeiro de nossas preocupações. Destaquemos também a rara possibilidade, disponibilizada ao público brasileiro, de poder acompanhar algumas das questões chaves dos debates que estão sendo travados pelos colegas de outros países, representados aqui por dois renomados autores estadunidenses.